

Blue Tech Solutions E.Q.I S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Em reunião do conselho de administração realizada em de 01 de julho de 2021, foi aprovada e posteriormente submetida em AGE - Assembleia Geral Extraordinária de 26 de agosto de 2021, a alteração da atual razão social da Companhia J.B. Duarte S.A. para Blue Tech Solutions E.Q.I. S.A., considerando que as atividades da Companhia vêm se alterando ao longo dos anos e que também, não desenvolve atividades industriais. Sendo que continua como uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 1936, com sede na cidade de São Paulo.

A Companhia inicialmente explorava a atividade industrial e comercial, exportação e importação de produtos alimentícios e oleaginosos em todas as suas modalidades.

Desde 1997 a Companhia passou a atuar predominantemente como administradora de bens próprios tanto diretamente quanto através da controlada NewRealty Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Considerando a atual estrutura de capital de giro da Companhia, a administração implementou o seguinte plano estratégico, que também está em vigor para os próximos anos

- (a) Renegociação de dívidas, inclusive com dação em pagamento de ações próprias;
- (b) Incremento da atividade imobiliária priorizando projetos para uso em contrapartidas ambientais e crédito carbono, que possuem maior valor agregado dos empreendimentos adquiridos para essa finalidade; e
- (c) Redimensionamento das transações com partes relacionadas, inclusive relacionadas a transações imobiliárias.

1.1 Aprovação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

A emissão das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas do exercício findo em 30 de setembro de 2021 foi autorizada pela Diretoria em 06 de maio de 2022.

1.2 Nova administração e Comitê de Auditoria e Investigação

Em 06.08.2021 o Sr. Laodse Denis de Abreu Duarte, que ocupava o cargo de diretor presidente da Companhia e vice-presidente do Conselho de Administração renunciou às suas funções na administração da Companhia por razões pessoais para tratamento e saúde, conforme carta enviada ao presidente do conselho de administração.

Em reunião do conselho de Administração realizada no dia 10.08.2021 foi eleito para o Cargo de Diretor Presidente da Companhia o Sr. Filipe Fortes de Miranda Sá.

Em 15 de setembro de 2021, a nova administração comunicou por meio de Fato relevante, ter constatado, em uma avaliação preliminar, indícios de possíveis descumprimentos de deveres por administradores predecessores, notadamente a aparente prática, por estes, de atos irregulares de gestão, de atos de suas atribuições ou poderes com culpa e/ou dolo e de atos em violação à lei e ao estatuto, com pretensa obtenção de vantagens ilícitas, a causarem prejuízo à Companhia e a configurarem, em apuração sumária, pela conjectura, aparentes ilícitos, fraudes e atos de abusos da personalidade jurídica, por meio de desvio de finalidade e de confusão patrimonial, possivelmente praticados pelos antigos administradores e, inclusive, por empresas particulares e outras pessoas físicas e jurídicas, estas a serem identificadas, por meio de diligências e auditorias internas em andamento.

No âmbito de processo de revisão de suas demonstrações financeiras e de formulários de referências relativos a exercícios sociais anteriores, a Companhia verificou, igualmente por meio de apuração sumária e preliminar, indícios de distorções contábeis, de malversação de bens da Companhia e de desídia quanto ao tratamento de livros empresariais, pelos antigos administradores.

Em razão dos possíveis descumprimentos de deveres por administradores predecessores, notadamente a aparente prática, por estes, de atos irregulares de gestão, de atos de suas atribuições ou poderes com culpa e/ou dolo e de atos em violação à lei e ao estatuto, com pretensa obtenção de vantagens ilícitas, a causarem prejuízo à Companhia, aos acionistas e ao mercado em geral, a Companhia determinou, nesta data, a instalação e a realização de apuração interna em relação aos temas, a ser conduzida por Comitê de Auditoria e Investigação.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Base para apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*IFRSs*”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - *IASB*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

2.1.1 . Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.1.3. Uso de estimativas e julgamentos

A aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a seguir, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que podem afetar significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas dentro do próximo exercício financeiro estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota 01 - Plano estratégico para manutenção do capital de giro e da continuidade operacional da Companhia.
- Nota 06 - Créditos tributários.
- Nota 07 - Partes relacionadas.
- Nota 12 - Provisões para contingências.
- Nota 17 - Contingências e prescrições.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia, e da controlada “Newrealty” descrita na nota explicativa nº 9. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

3.2. Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Blue Tech Solutions E.Q.I S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii. Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR ou VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado ou outros resultados abrangentes - ORA.
-----------------------------------	--

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
---------------------------------------	---

Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes – ORA e reclassificado para o resultado.
--------------------------------	--

Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes - ORA e nunca são reclassificados para o resultado.
-----------------------------------	--

iii. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros não refletidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, e não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos de contratos de *swap*.

3.3. Propriedades para Investimento - Empreendimentos imobiliários

São avaliados inicialmente na data da aquisição ao valor justo e posteriormente pelo custo amortizado. A Companhia não procede a estudos sobre *Impairment* desses ativos. As propriedades para investimento representam diversos empreendimentos com destinação segundo projetos específicos. Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021 não foram obtidos de peritos independentes laudos de avaliação dos empreendimentos descritos na nota explicativa no. 08

3.4. Investimentos

Os investimentos em controlada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

3.5. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros

3.6. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável considerando a melhor estimativa para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

3.7. Transações com partes relacionadas

Os saldos ativos e passivos mantidos com partes relacionada são registrados ao custo amortizado.

3.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

São avaliados ao custo amortizado, acrescido de encargos ou rendimentos considerando o modelo de taxa efetiva de juros, quando aplicável. A classificação entre curto e longo prazo considera além dos prazos efetivos de realização, o modelo de gestão da Companhia.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar.

3.9. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4. Adoção das normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

4.1 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia e sua controlada a partir de 1º de janeiro de 2020.

CPC 00 (R2) / Conceptual Framework – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O CPC 00 (R2) foi aprovado em 1º de novembro de 2019 e estabelece alterações no CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual, emitido em 2011. As principais alterações foram as

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

seguintes: (i) define o objetivo do relatório financeiro; (ii) as características qualitativas da informação financeira útil; (iii) aprimoramento nas definições de ativo, passivo, receitas e despesas; (iv) critérios para a inclusão/remoção de ativos e passivos financeiros nas demonstrações contábeis; (v) orientação sobre as bases de mensuração; e (vi) conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação.

Na adoção da norma a Companhia e sua controlada não apresentaram impactos significativos em suas demonstrações financeiras intermediárias.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 14

Esta revisão estabelece alterações em diversos pronunciamentos, interpretações e orientações em decorrência: (i) alterações em diversos CPC's em função da edição do CPC 00 (R2) / Conceptual Framework; (ii) da alteração na definição de combinação de negócios no CPC 15 / IFRS 3; e (iii) da alteração da denominação do CPC 06 (R2)/IFRS 16 para Arrendamentos.

Na adoção da norma a Companhia e sua controlada não apresentaram impactos significativos em suas demonstrações financeiras intermediárias.

5. Depósitos judiciais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Processos trabalhistas	105	104	105	104
Créditos a receber em depósitos judiciais (a)	3.218	3.788	3.218	3.788
	3.323	3.892	3.323	3.892

(a) Valores referentes a dois processos: 20ª vara da justiça federal – processo 95.006.1237-2 - trata-se de ação de execução de contrato de honorários advocatícios e 18ª vara cível – processo 53064821991 – referente ação de cobrança, decorrentes de operações comerciais de importação e exportação de farelo de soja.

Blue Tech Solutions E.Q.I S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Créditos tributários

6.1 Contingências ativas junto à União Federal

Refere-se ao registro de ativo contingente com base em decisão transitada em julgado favorável a Companhia, de processo judicial de pedido de ressarcimento de pagamento indevido de Imposto de Importação sobre operações de importação de trigo da Argentina. O referido processo encontra-se na fase de apuração dos valores a serem ressarcidos.

A Companhia contratou consultores tributários para a elaboração do laudo para determinação dos valores a ser restituído e respectivo registro do crédito tributário. O montante de R\$ 45.640, foi registrado contabilmente em fevereiro de 2018, em contrapartida a conta de resultado a época. Desde então esse montante não foi atualizado monetariamente.

O referido crédito tributário será posteriormente compensado com passivos tributários da Companhia no momento da apuração final dos montantes.

7. Partes relacionadas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.20 21	31.12.2 020	30.09.20 21	31.12.2 020
Contibrasil Comércio e Exportação de Grãos Ltda. (a)	31.582	31.863	31.582	31.863
Duagro S.A. Participações e Administração Ltda. (b)	28.616	28.627	28.616	28.627
	60.198	60.490	60.198	60.490

(a) Refere-se a contratos de mútuo sem prazo de vencimento e sem encargos financeiros. A liquidação de valores no trimestre decorre de liquidação de contas a pagar de terceiros. Não foi registrado provisão para perdas para esses ativos.

Blue Tech Solutions E.Q.I S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Referem-se a contrato de mútuo com incidência de encargos financeiros com base na variação do CDI – Certificados de Depósitos Interbancário e sem prazo de vencimento.

8. Propriedades para investimento

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Fazenda São Pedro das Araucárias (a)	2.798	2.798	2.798	2.798
Fazenda São Pedro das Araucárias (b)	-	-	7.720	7.721
Fazenda Anta Gorda – Bom Jesus de Pirapora (c)	6.464	6.464	6.464	6.464
Fazenda Brasil – Barra do turvo (d)	57.500	57.500	57.500	57.500
Sítio San Jean (New Realty) (b)	-	-	4.000	4.000
Imóvel rural – Suzano (e)	2.103	2.103	2.103	2.103
	68.865	68.865	80.585	80.586

(a) Será utilizado num projeto cujo objetivo é venda através de fracionamento da área em chácaras de até 10 ha.

(b) Será utilizado em projeto cujo objetivo é transformar a área em futuro loteamento e/ou condomínio residencial.

(c) Será utilizado num empreendimento para a utilização em projetos de aterros de inertes em parceria com terceiros.

(d) Direitos hereditários sobre o imóvel correspondente a matrícula 891 do Cartório de Registro de Imóveis de Jacupiranga, situado no município de Barra do Turvo – Estado de São Paulo, denominado Fazenda Brasil, possui superfície total de 9.578,36 hectares. O valor do imóvel no montante de R\$ 57.500, corresponde ao valor apurado com base em Laudo de Avaliação datado de novembro/2018 realizado por empresa especializada. A expectativa da administração é a utilização da área para projetos de compensações ambientais.

(e) Propriedade rural localizado no bairro da estrada nova, antigo Feital município de Suzano.

8.1 Declaração de Dados e Relação de Bens

Em correspondência da Administração da Companhia, denominada Declaração de Dados e Relação dos Imóveis, datada de 12 de abril de 2022, são indicados os seguintes imóveis de propriedade da Companhia:

- a) Propriedade Anta Gorda, rural, matrícula 4963, na cidade de Pirapora do Bom Jesus, alienada ao fisco, tendo valor estimado de R\$10.395.000. Foi hipotecado em segundo grau à JB Duarte em 16/06/1983.
Propriedade em nome da Companhia.
- b) Propriedade Anta Gorda, rural, matrícula 4964, na cidade de Pirapora do Bom Jesus, alienada ao fisco, tendo valor estimado de R\$1.260.000. Foi adjudicada à JB Duarte em 02/08/1995
Propriedade em nome da Companhia.
- c) Propriedade Anta Gorda, rural, matrícula 4965, na cidade de Pirapora do Bom Jesus, alienada ao fisco, tendo valor estimado de R\$9.730.000. Foi hipotecado em segundo grau à JB Duarte em 16/06/1983.
Propriedade em nome da Companhia.
- d) Propriedade Sitio Taquaral, rural, matrícula 24486, na cidade de Pirapora do Bom Jesus, alienada ao fisco, tendo valor estimado de R\$423.500. Foi hipotecado à JB Duarte em 16/06/1983.
Propriedade em nome da Companhia.
- e) Propriedade Sitio Grande, rural, matrícula 4967, na cidade de Santana de Parnaíba, alienada ao fisco, tendo valor estimado de R\$33.880.000. Foi hipotecado em segundo grau à JB Duarte em 16/06/1983.
Propriedade em nome da Companhia.
- f) Propriedade Bairro da Estrada nova, antigo Feital, matrícula 28597, na cidade de Suzano, alienada ao fisco, tendo valor estimado de R\$2.103.000. Recebida como pagamento em 11/06/1987.
Propriedade em nome da Companhia.
- g) Propriedade Fazenda Miramar, tendo 4% da mesma, rural, matrícula 7209, na cidade de Entre Rios, alienada ao fisco e ao Itaú, tendo valor estimado de R\$7.500.000.
Propriedade em nome da Companhia.
- h) Propriedade Fazenda Brasil, rural, matrícula 891, na cidade de Barra do Turvo, tendo valor estimado de R\$57.500.000.

Blue Tech Solutions E.Q.I S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- i) Propriedade Sitio San Jean, Urbana, matrícula 289, na cidade de Cabreúva, sem alienação, tendo valor estimado de R\$11.721.000. Adquirida em 03/08/2009.
- j) Propriedade Fazenda São Pedro, rural, matrícula 6975, na cidade de São José dos Campos, sem alienação, tendo valor estimado de R\$12.000.000.

9. Investimentos

Descrição	30.09.2021	31.12.2020
Newreality Empreendimentos Imobiliários Ltda.		
Capital Social – R\$ 1,00	21.000.124	21.000.124
Quantidade de cotas:	21.000.124	21.000.124
Quantidade de cotas possuídas	21.000.123	21.000.123
Percentual de participação	99,9999%	99,9999%
Patrimônio líquido – R\$ mil	11.434	11.454
Resultado do período	(20)	(17)
Valor contábil investimento inicial	11.414	11.437
Resultado de equivalência patrimonial	20	17
Valor investimento ajustado	11.434	11.454

10. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Unibanco - Banco Itaú S.A. (a)	6.748	5.890	6.748	5.890
	6.748	5.890	6.748	5.890

- (a) Referem-se a contrato de empréstimo pendente de pagamento, cuja sentença foi desfavorável a Companhia. Foram atualizados monetariamente com base nos índices estabelecidos pelo TJSP até 30 de setembro de 2021.

Blue Tech Solutions E.Q.I S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Obrigações tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
IRPJ a recolher sobre ativo contingente	9.536	9.536	9.688	9.536
CSLL recolher sobre ativo contingente	3.398	3.398	3.464	3.398
PIS/COFINS a recolher sobre ativo contingen	2.038	2.038	2.038	2.038
Outras Obrigações Tributárias	4		8	
	14.976	14.972	15.198	14.972

12. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributários. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes constituiu provisão:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Contingências trabalhistas (a)	2.484	2.873	2.484	2.873
Contingências cíveis (b)	13.449	11.740	13.449	11.740
Contingências tributárias (c)	90.295	90.051	90.295	90.272
Provisões Fiscais – diversas (d)	678	258	678	258
Provisões execuções Fiscais (e)	1.344	1.340	1.344	1.340
	108.250	106.262	108.250	106.483

(a) Refere-se a processos trabalhistas em fase de execução de sentença não comportando, portanto, mais nenhum recurso, mas apenas a discussão quanto aos valores de atualização, conforme posição dos assessores jurídicos.

(b) Conforme relatório dos assessores jurídicos da Companhia, refere-se a processo de execução movido pela Cesp – Companhia Energética de São Paulo, para cobrança de títulos extrajudiciais, em fase de penhora de faturamento, os valores foram atualizados até 30

Blue Tech Solutions E.Q.I S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

setembro de 2021.

- (c) Contingência tributárias, a administração contratou consultoria tributária denominada Valor Fiscal Inteligência Tributária para identificação dos passivos tributários da Companhia. Em relatório preliminar denominado Termo de Verificação e Consolidação de Passivo Tributário, datado de 23 de fevereiro de 2022 apresentou os seguintes resultados a seguir:

Esfera Governamental	R\$/mil
Tributário Federal previdenciário e não previdenciário	312.453
Tributário Estadual	1.983.687
Tributário Municipal	2.544
Total	2.298.684

O referido relatório preliminar não indica as probabilidades de perda (provável, possível, remota e bem como não indica se tais valores inscritos são passíveis de prescrição.

- (d) Refere-se aos processos nºs 0003484-40.2016.4.03.06144 e 5003611-19.2018.4.03.06144 de execução fiscal decorrente de multas aplicadas, movido contra a Companhia por órgão regulador – Comissão de valores Mobiliários, processo garantido com penhora de imóvel, localizado no município de Pirapora do Bom Jesus – SP, com nº de matrícula 4963.

Refere-se a processo movido pela união para cobrança de contribuição previdenciária em processo de execução fiscal, conforme posição dos assessores jurídicos.

13. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O Capital Social da Companhia em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 171.652.739,55 (cento e setenta e um milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, setecentos e trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) representado por 20.076.644 (vinte milhões, setenta e seis mil, seiscentos e quarenta e quatro) ações sem valor nominal, sendo:

	30.09.2021	31.12.2020
Ações ordinárias	6.692.264	1.673.066
Ações preferenciais	13.384.380	3.346.095
Total	20.076.644	5.019.161

Blue Tech Solutions E.Q.I S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 26 de agosto de 2021, foi aprovada a proposta de desdobramento de ações na proporção de 03 (três) ações novas por 01 (uma) atual, de mesma espécie detida pelos acionistas. Em relação aos direitos, as ações que serão emitidas no desdobramento terão direito a percepção integral de dividendos ou outras remunerações de capital em dinheiro que eventualmente venham a ser distribuídos relativas ao exercício que se iniciou em 01 de janeiro de 2021, assim como as bonificações em ações e/ou desdobramentos que foram distribuídos, a partir da data da Assembleia Geral Extraordinária de 26 de agosto de 2021. As ações objeto da presente emissão terão as mesmas características e direitos constantes do estatuto social.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 200.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará, em cada caso, a quantidade e espécie de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de subscrição e integralização.

Não ocorreram mudanças nas políticas de dividendos, juros sobre capital e reservas de lucros em relação às utilizadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Existe penhora de dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e da reserva para futuros investimentos daquela data, no montante de R\$ 577. Até a presente data os consultores jurídicos da Companhia não obtiveram êxito no desbloqueio de tais valores.

b. Composição do Capital

	Ações Preferencias	Ações Ordinárias	Total
Em 30 de setembro de 2021			
Prejuízo atribuído aos acionistas	(2.651)	(1.325)	(3.976)
Quantidade média ponderada de ações no período	13.384.380	6.692.264	20.076.644
Resultado por ação – R\$	(0,19804)	(0,19804)	(0,19804)
	Ações Preferenciais	Ações Ordinárias	Total
Em 30 de setembro de 2020			
Prejuízo atribuído aos acionistas	(2.623)	(1.311)	(3.934)
Quantidade média ponderada de ações no período	3.346.095	1.673.066	5.019.161
Resultado por ação - R\$	(0,78380)	(0,78380)	(0,78380)

Blue Tech Solutions E.Q.I S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesas operacionais

Descrição	09 meses				03 meses			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Anuidades e contribuições de classe	(34)	(24)	(34)	(24)	(19)	(14)	(19)	(14)
Propaganda	(27)	(10)	(27)	(10)	(15)	(10)	(15)	(10)
Honorários/Profissionais P.J.	(441)	(172)	(456)	(172)	(137)	(38)	(142)	(38)
Resultado equivalência patrimonial	(20)	(13)	-	-	(6)	(4)	-	-
Outros	(13)	(9)	(18)	(22)	(6)	(1)	(7)	(5)
	(535)	(228)	(535)	(228)	(183)	(67)	(183)	(67)

15. Resultado financeiro líquido

Descrição	09 meses				03 meses			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Juros	(245)	(135)	(245)	(135)	(115)	-	(117)	-
Despesas bancárias	(5)	(13)	(5)	(13)	(2)	(4)	-	(4)
Multas diversas	-	-	-	-	-	-	-	-
	(250)	(148)	(250)	(148)	(117)	(4)	(117)	(4)

16. Instrumentos Financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em comparação com as vigentes no mercado.

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

17. Contingências e Prescrições

Os registros contábeis e as operações da Companhia estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e as eventuais notificações para os recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação aplicável. As declarações de imposto de renda das pessoas jurídicas estão sujeitas a revisão por um período de cinco exercícios. Outros impostos, contribuições e encargos de natureza fiscal e previdenciária estão, também, sujeitas à revisão por diferentes períodos prescricionais.

Adicionalmente, de acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia e sua controlada estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos, com referência aos tributos (IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica; CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados; II - Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros; PIS - Programa de Integração Social; e COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e ao imposto estadual (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ou IVA - Imposto sobre Valor Agregado para as suas controladas internacionais). Como decorrência destas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionados, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias.

18. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

De acordo com a Instrução CVM nº 381, a administradora não contratou outros serviços, que envolvam atividades de gestão de recursos de terceiros, junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, que não seja o de auditoria externa.

19. Partes relacionadas

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 642 da CVM e o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) sobre partes relacionadas, apresenta suas vinculações referente ao tema. A Companhia regularmente informa a CVM e BOVESPA em conformidade com o artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002 (com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM nºs 369/02, 449/07, 547/14 e 552/14), a movimentação referente a ações de administradores e acionistas da controladora. Todas as operações com partes relacionadas seguem os padrões de praxe utilizados no mercado no que se referem as suas condições e termos.

Através de Fato relevante de datado de 10 de setembro de 2021, a Companhia comunicou que foi notificada no dia 27 de agosto de 2021, pela Duagro S.A. Administrações e Participações, tendo esta última empresa (sociedade anônima fechada) informado que realizou desinvestimento na Companhia, deixando de ser acionista com posição relevante. Dessa forma a Companhia passou a ter seu controle pulverizado, nos termos da legislação de regência, em especial da Lei das Sociedades Anônimas.

20. Transações entre partes relacionadas

Ativo	30.09.2021	31.12.20
Contibrasil Com. e Exp.de Grãos Ltda. (vide nota explicativa nº 7)	31.582	31.863
Duagro S.A. (vide nota explicativa nº 7)	28.616	28.627
	60.198	60.490

Blue Tech Solutions E.Q.I S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	30.09.2021	31.12.20
Duagro S.A.	-	12
Fazenda São Pedro das Araucárias	675	585
Monte Mor S.A.	46	45
	721	642

21. Eventos subsequentes

Entre o período de 01 de outubro de 2021 até o dia 06 de maio de 2022, a Companhia publicou no site da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, uma série de publicações com os seguintes títulos: Comunicado ao Mercado, Fato Relevante, Ata de Assembleias Geral Extraordinárias (e respectivos anexos), Avisos aos Acionistas, e Atas de Reunião do Conselho de Administração. Para qualquer consulta, sugerimos que utilizem o seguinte link:

<https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?tipoconsulta=CVM&codigoCVM=12319>

**

Conselho de administração

Filipe Fortes de Sá Miranda – Presidente

Edmundo Arruda Pereira Assis - Membro Efetivo

João Marcelo Santos Pertence – Membro Efetivo

Daniel de Souza Moreno - Membro Efetivo

Cesar Augusto Meira da Veiga – Membro Efetivo

Lorenzo Marramarco Lovato - Membro Efetivo

Blue Tech Solutions E.Q.I S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diretoria

Filipe Fortes Miranda de Sá	Diretor Presidente
Yuri Marcel Dias da Silva	Diretor de Relações com Investidores

Responsável Técnico

Romilda Rita Cardozo – CRC – 1SP 145.114/O-5